

Quais são os poderes da filologia?

Por razões que provavelmente nunca vou entender, minha mãe, que estudou medicina, sempre, de forma consistente e teimosa, usava a palavra alemã *filólogo* para se referir a professores do ensino fundamental. Mas a excêntrica criação semântica de minha mãe não estava mais fora do contexto do que o uso que alguns de meus colegas americanos mais competentes ainda fazem da palavra *filólogo* quando a aplicam a alguns de seus grandes antecessores da tradição alemã, como Ernst Robert Curtius, Leo Spitzer e Erich Auerbach. Nenhum desses eminentes estudiosos destacou-se particularmente nas práticas que a palavra *filologia* deveria resumir. Ernst Robert Curtius lançou as bases de sua reputação acadêmica na década de 1920, quando era conhecido como um eminente especialista em literatura contemporânea francesa e espanhola; então, a partir do início da década de 1930, começou a se concentrar na história das ideias poetológicas e formas literárias na Idade Média. Leo Spitzer havia estudado linguística e história da literatura durante as duas primeiras décadas do século XX, mas logo se voltou para um estilo altamente subjetivo de interpretação imanente de texto (para o qual o conceito da “experiência vivida” foi a chave). Erich Auerbach, finalmente, que criou sozinho um novo discurso

no âmbito da história da literatura, foi notoriamente fraco nas habilidades básicas de filologia.⁴

Curtius, Spitzer e Auerbach nunca fizeram algo importante como editores de texto ou como autores de comentários históricos. Portanto, não está claro por que meus colegas, com uma teimosia igual à de minha mãe, mantinham a tradição de chamá-los de “filólogos”. Acho que entra em jogo aqui, mais ou menos, uma reação pré-consciente à diferença entre certo estilo alemão (ou continental) de lidar com o passado literário e a tradição interpretativa da nova crítica anglo-americana. As obras de Curtius, Spitzer e Auerbach são significativamente diferentes dos escritos de Arnold, Richards ou Singleton, embora essa diferença não deva ser suficiente para chamar os ex-estudiosos de filólogos.

Acima de tudo, porém, meus dois exemplos para os usos da palavra *filologia* foram criados para afirmar, de forma surpreendente e inegável, que esse conceito, que parece programado para funcionar de maneira simples e não espetacular, desenvolveu uma variedade às vezes confusa e ampla de significados e usos. Não se torna muito melhor se você começar a consultar enciclopédias e livros de referência excessivamente especializados ou muito genéricos. Por um lado, você encon-

4. Veja meu livro *Vom Leben und Sterben der Großen Romanisten: Carl Vossler, Ernst Robert Curtius, Leo Spitzer, Erich Auerbach, Werner Krauss* (Munique: Hanser, 2002). A versão original em inglês do ensaio de Auerbach apareceu em *Literary History and the Challenge of Philology: The Legacy of Erich Auerbach*, ed. Seth Lerer (Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1996), 13–35. Eu tratei com estímulos subjetivos e institucionais da mesma geração de estudiosos da literatura em “Historians of Literature—Where Do They Take Their Motivations From?” em *Poetologische Umbrüche: Romanistische Studien zu Ehren von Ulrich Schulz-Buschhaus*, ed. Werner Helmich, Helmut Meter e Astrid Poier-Bernhard (Munique: Fink, 2002), 399–404.

trará definições da palavra filologia que, trazendo-a de volta ao seu significado etimológico de “interesse ou fascínio pelas palavras”, tornam a noção sinônima de qualquer estudo sobre linguagem ou, ainda mais genericamente, de quase todo o estudo de qualquer produto do espírito humano.⁵ Por outro lado, mais específico e mais familiar, a filologia é estritamente usada para significar uma curadoria de texto histórico que se refere exclusivamente a textos escritos.

No título de meu livro e ao longo de seus capítulos, a palavra *filologia* será sempre usada conforme seu segundo significado, ou seja, como algo que se refere a uma configuração de habilidades acadêmicas voltadas para a curadoria de textos históricos. Existem quatro implicações desse conceito que merecem ser brevemente desdobradas. Primeiramente, a prática filológica apresenta uma afinidade com aqueles períodos históricos que se percebem como seguidores de um momento cultural maior, um momento cuja cultura eles consideram mais importante do que a atual. Não por coincidência, a cultura helenística do III e do II séculos a.C. aparece regularmente como a origem histórica da filologia como prática acadêmica (Platão, ao contrário, usou a mesma palavra no sentido de “loquacidade”). Outros momentos importantes da história da filologia são, pela mesma lógica, a época dos fundadores da Igreja, o Renascimento europeu, quando os humanistas desejavam retornar ao aprendizado e aos textos

5. Ver o dicionário *Oxford English*, s.v. *philologist*: “One devoted to learning or literature; a lover of letters or scholarship; a learned or literary man” [Uma pessoa dedicada ao aprendizado ou literatura; um amante de letras ou pesquisador; um homem erudito ou literário].

da Antiguidade, e o romantismo do século XIX, com sua nostalgia da Idade Média.

Segundo, com o surgimento de um desejo pelo passado textual, as duas principais tarefas da filologia são a identificação e a restauração de textos de cada passado cultural em questão.⁶ Baseado nesta conjectura, isso inclui a identificação daqueles textos que nos chegaram como fragmentos, a documentação completa dos textos para os quais temos várias versões não completamente idênticas, a serem apresentadas em sua pluralidade ou condensadas na proposta de um original ou de uma versão mais valiosa, além de comentários com informações para ajudar a preencher a lacuna entre o conhecimento que um texto pressupõe entre seus leitores históricos e o conhecimento típico de leitores de idade mais avançada. As três práticas básicas da filologia são, portanto, identificar fragmentos, editar textos e escrever comentários históricos. Para essas práticas e suas competências acadêmicas subjacentes, temos que pressupor, além das três habilidades filológicas básicas, uma consciência das distinções entre diferentes períodos e culturas históricas, ou seja, a capacidade de historicização. E, finalmente, a ativação dessas habilidades também (e quase invariavelmente) pressupõe a intenção de fazer uso dos textos e culturas do passado nos contextos institucionais de ensino. Em outras palavras, é difícil imaginar que a filologia deve entrar em jogo sem objetivos pedagógicos e sem, ao menos, uma consciência histórica rudimentar.

6. Ver a definição inicial em Crran Enciclopedia RIALP (Madrid: Ediciones RIALP, 1972), s.v. *filologia*.

Terceiro, a identificação e a restauração de textos do passado – isto é, a filologia conforme será compreendida neste livro – estabelecem uma distância em relação ao espaço intelectual da hermenêutica e da interpretação como prática textual que ela propõe.⁷ Em vez de confiar na inspiração e em intuições momentâneas de grandes intérpretes, como fez a nova crítica, a filologia cultivou sua autoimagem como um ofício paciente, cujos valores-chave são a sobriedade, a objetividade e a racionalidade.⁸

Quarto, e finalmente, decorre de tudo o que eu disse a respeito da filologia de que esse ofício e essa competência desempenham um papel particularmente importante e frequentemente predominante nas disciplinas acadêmicas que lidam com os segmentos culturais cronologicamente mais remotos (desde que tenhamos ao nosso dispor pelo menos alguns traços de uma tradição escrita que nos levam de volta a esses segmentos do passado). A filologia é extremamente importante para a assiriologia e a egiptologia. A maioria dos classicistas ainda a considera como sendo a competência principal destes campos. Além disso, desde a era do romantismo, a filologia tem sido usada para reconstruir textos da Idade Média como o suposto contexto de origem para as diferentes tradições culturais nacionais.

Embora eu tenha iniciado minha vida acadêmica como medievalista, isto é, em proximidade com a tradição filológica, é seguro dizer que eu nunca teria pensado em escrever um livro

7. *Grande Dizionario Enciclopedico* (Turin: UTET, 1987), s.v. *filologia*: “The border that separates interpretation from philology is subtle but clear” [“A fronteira que separa a interpretação e a filologia é sutil, mas clara”].

8. Ver Karl Uitti, “Philology”, em *The Johns Hopkins Guide to Literary Theory and Criticism*, ed. Michael Groden e Martin Kreiswirth (Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1994), 567-73.

sobre os “poderes da filologia” sem uma provocação intelectual e, mais tarde, sem o incentivo que veio de cinco colóquios realizados na Universidade de Heidelberg, entre 1995 e 1999, para os quais meu amigo muito admirado, o classicista Glenn Most, teve a gentileza de me convidar. O projeto de Most era revisitar a história dos clássicos, sua própria disciplina acadêmica, seguindo as histórias das quatro práticas filológicas básicas: identificação de fragmentos, edição de textos, redação de comentários históricos e ensino. Esse múltiplo retorno às tradições de um venerável passado acadêmico pretendia produzir inspirações e orientações para o futuro dos clássicos como disciplina.

Como não sou estudioso dos clássicos, fui designado para fornecer materiais contrastantes da história do meu próprio campo acadêmico e de suas disciplinas, ou seja, a partir da história do romance e das literaturas alemãs e, também, da literatura comparada. No entanto, apesar das minhas melhores intenções, logo desisti. O que me fascinava cada vez mais na análise das principais práticas filológicas no colóquio de Heidelberg era uma camada de investimento entre os estudiosos envolvidos, camada talvez pré-consciente, que parecia contradizer a autoimagem da filologia como um trabalho intelectual laborioso (para não dizer extenuante). Certamente não fui o primeiro observador a tomar consciência dessa camada. Desde a Antiguidade, por exemplo, discussões sobre edição de texto incluíram uma pressão liberal que reconheceu a importância da imaginação do editor para a tarefa da reconstrução filológica. O que senti poderia ser novo e provocador sob o foco de minha própria descoberta; no entanto, foi a impressão de que, como camada das práticas filológicas centrais,

isso não era apenas complementar à interpretação dos textos em questão.⁹ Portanto, em princípio, eu queria enfatizar a alteridade das atitudes e fenômenos em questão, subordinando-os ao conceito de “poética da filologia”.

No entanto, logo percebi que referenciar observações desse tipo com a fórmula “a poética de” tornou-se convencional e chato na última década.¹⁰ Ao repensar minha escolha, comecei também a entender que a noção de poética implica a conotação de uma regularidade – talvez até uma previsibilidade – que não se encaixaria na característica da minha descoberta. Mas o que exatamente eu vi e por que acabei chamando o que descobri de “os poderes da filologia”?

Deixem-me começar a resposta atrasada a essa dupla pergunta confessando que a noção de poder que uso aqui está longe da usada por Michel Foucault, que agora desfruta de uma popularidade sem fim entre os humanistas. Ao contrário deste autor, acho que sentimos falta do que é característico do poder desde que usemos esta noção dentro dos limites cartesianos das estruturas, produção e usos do conhecimento. Minha contraproposta é definir poder como o potencial de ocupação ou bloqueio de espaços com corpos. Ao apresentá-lo como potencial, sugiro que o poder – mesmo o uso político ativo do poder – nem sempre tem que produzir violência (violência seria, obviamente, a transformação do poder como

9. Para outra opinião, ver *Enciclopedia Hispánica* (Barcelona: Encyclopædia Britannica, 1994-95), s.v. filología: “*The philologist tries to analyze the meaning of a text and, at the same time, to interpret it*”. [“O filólogo tenta analisar o significado de um texto e, ao mesmo tempo, interpretá-lo”].

10. Graças à resistência de Willis Regier, evitei ficar preso a essa frase.

um potencial para o desempenho). Eu insisto apenas em que o poder, por mais mediado que seja, deve sempre se basear na superioridade física – e, portanto, é inevitavelmente heterônomo em relação ao que pode ser considerado uma característica estrutural ou um conteúdo da mente humana.

Isso, no entanto, ainda não trata da outra questão decisiva, que pergunta como as práticas filológicas podem estar relacionadas de forma não metafórica ao conceito de poder (e ao conceito de violência). O que venho trabalhando nas práticas filológicas – como seu lado oculto, vivo e verdadeiramente fascinante – é um tipo de desejo que, por mais que se manifeste, sempre excederá os objetivos explícitos das práticas filológicas. Além disso, em cada caso específico, esse desejo evoca o corpo do filólogo, juntamente com uma dimensão do espaço que, à primeira vista, parece ser estranha a qualquer tipo de prática acadêmica dentro das humanidades. O que desejo discutir sob o título de “os poderes da filologia” certamente soa como perturbador dentro da imagem acadêmica oficial e da autoimagem da prática filológica. Ao mesmo tempo, acho que é perfeitamente adequado falar desses desejos como “evocados” pelo trabalho filológico, já que eles virão à tona inevitavelmente, independentemente das intenções. A que exatamente esses desejos se referem e o que eles anseiam? Tenho a impressão de que, de maneiras diferentes, todas as práticas filológicas geram desejos de presença,¹¹ desejos de relaciona-

11. Essa é a perspectiva da qual meus ensaios sobre os “poderes da filologia” são complementares ao próximo livro, *The Production of Presence: No Silent Side of Meaning* (Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2003). [*Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, agosto de 2010. 206 p.]